

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO - CETREDE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI

FRANCISCA MARIA DOS SANTOS

FORTALEZA-CEARÁ

2010

A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI

FRANCISCA MARIA DOS SANTOS

MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE ESPECIALISTA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

FORTALEZA – 2010

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de especialista em docência do ensino superior pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Bibliografia Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas éticas.

Francisca Maria dos Santos

MONOGRAFIA APROVADA EM: ___/___/___

Prof^o. Dr. Nicolino Trompieri Filho
Orientador

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela condição de realizar esse trabalho e poder vivenciar com meus pares a troca de conhecimentos.

Ao meu orientador, pela tranquilidade ao conduzir esse trabalho.

A minha família por tudo que sou.

Agradeço a todos os amigos, que, direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho.

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi realizar uma análise da educação superior no século XXI, para identificar e compreender melhor as mudanças e contradições da educação em transformação, o texto está apoiado nas discussões dos pontos de vista de teóricos que buscam situar as mudanças que a educação superior está vivenciando. Com relação aos resultados, percebe-se que a educação e, conseqüentemente, a docência superior também passam por grandes desafios na busca da competência exigida na era da tecnologia e globalização.

Palavras-chave: Educação Superior, Docência Superior, Tecnologia, Globalização.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. DEFININDO EDUCAÇÃO	9
1.1 Evolução e Revolução da Educação	9
1.2 Educação e Pedagogia, Difícil Diferença.....	11
1.3 Educação, Caráter Social	12
1.4 Educação, Sociedade e Cultura	14
2. GLOBALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO SUPERIOR	17
2.1 Definindo Globalização	17
2.2 Educação Superior: Dilemas e Desafios	21
3. PROFESSOR UNIVERSITÁRIO E A RESPONSABILIDADE DE SER EDUCADOR NO SÉCULO XXI	27
3.1 Prática Docente e os Desafios da Profissão	27
3.2 Docência e os Dilemas do Ensino Superior do Século XXI	33
CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

Falar da Educação Superior hoje, nos remete fazer uma reflexão sobre a globalização, que exerce grande pressão sobre a humanidade, levando aos indivíduos pesados conflitos, que não serão mais dos sistemas socioeconômicos, mas entre as civilizações. A educação é tida como o maior recurso que se dispõe para enfrentar essa nova estruturação do mundo.

O Ensino Superior está longe de ser o que gostaríamos que fosse. Há um grande discurso sobre meio ambiente, pesquisa, qualidade do ensino, redução das desigualdades sociais e valores éticos, no entanto não há qualquer indicação de como isso será implementado e principalmente cobrado.

Afirma Rossi (1980, p. 31) “na prática, a sociedade de classes continua a distribuir desigualmente não só as oportunidades de acesso à escola como até os eventuais benefícios decorrentes das propostas liberalizadoras”.

Na escola tradicional o pedagogismo conservador tinha como tarefa moldar os indivíduos para viver em sociedade, ou seja, para obedecer, concordar, aceitar, conformar-se, não era permitido ao indivíduo pensar por si, a elite acadêmica tinha o poder de desqualificá-lo, repassando, portanto as informações mínimas necessárias justificando não ser necessário pensar. A análise crítica era restrita aos indivíduos das classes dominantes, freqüentavam escolas mais abertas sobre o controle dos pais, para que a educação fosse adequada à formação da elite dirigente, (ROSSI, 1980).

A violência institucionalizada da escola, a vara de marmelo, a palmatória, os grãos de milho nos joelhos, a mais pura repressão pela violência física, punia e prevenia a discordância e a não conformidade (ROSSI, 1980, p. 26).

Em uma sociedade democrática todos têm direito e oportunidade de ingressar na escola, que o ensino seja de qualidade contextualizando o interesse do educando. Oferecer a oportunidade ao indivíduo frequentar uma escola é importante, no entanto ela por si só não basta, pois não evitará o ingresso do educando na marginalidade, será necessário o desenvolvimento de um ensino de qualidade com projetos que evitem o educando abandonar a escola, evitando assim a evasão escolar.

Não se reforma a educação por se introduzirem novas técnicas didáticas. Não se muda o sentido da escola capitalista por dotá-la de melhores recursos tecnológicos. Não é além disso, pela “mudança” da escola que se mudará a sociedade (ROSSI, 1980, p. 33).

A educação como processo social é importante para o crescimento econômico do país, quanto para o indivíduo viver em sociedade, uma vez que a educação é um componente estratégico no combate à pobreza, a desigualdade e estas a criminalidade e não a pura e simples frequência do indivíduo a escola.

Por difícil que seja, será necessário fazer aqui alguma reflexão sobre a globalização, ainda que reconhecidamente elementar, não para acrescentar algo que ainda não tenha sido dito, mas para uma aproximação com o tema da educação superior e de sua inserção na sociedade contemporânea.

As implicações dessa nova estruturação mundial para a educação e para o sistema educativo são evidentes; não se pode ficar de modo nenhum alheios a esta dinâmica global ou ignorar as realidades do novo mundo em transformação (ESTEVÃO, 2002). A Educação Superior é geradora e disseminadora dos conhecimentos, da capacidade de utilizar saberes adquiridos e de aprender ao longo da vida.

Para estudar esse problema, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, junto às fontes que tratam do assunto em questão.

A pesquisa objetiva fazer uma reflexão da educação superior do século XXI á partir dessa reflexão, identificar e compreender melhor as mudanças e contradições dessa educação em transformação, nesse novo mundo.

1 DEFININDO EDUCAÇÃO

1.1 EVOLUÇÃO E REVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO

Para definir educação será necessário lembrar os sistemas educativos existentes, ou que tenham existido, fazendo uma comparação e observar o que há em comum, só assim encontraremos a definição que se procura (DURKHEIM, 1978).

A educação se manifesta de acordo com o tempo e o meio, a sociedade é quem determina essa multiplicidade de acordo com a formação de grupos sociais, variando de um grupo a outro; na Idade Média a cultura também era diferenciada, ainda hoje a educação reflete a contradição entre as classes sociais e as culturais, a educação da cidade não é a mesma do campo, a do burguês não é a mesma do operário.

Afirma Durkheim (1978, p. 39) “não há povo em que não exista certo número de idéias, sentimentos e práticas que a educação deve inculcar a todas as crianças indistintamente, seja qual for à categoria social que pertençam”.

Todo conjunto de princípios, que hoje dirigem a educação teve como contribuição o passado da humanidade, uma história que deixou traços. Quando se estuda historicamente a maneira como formaram-se e desenvolveram-se os sistemas de educação, percebe-se a dependência que teve da região, da organização política, o grau de desenvolvimento das ciências, do estado, sem todos esses argumentos históricos tornam-se incompreensíveis os sistemas de educação.

No decorrer da história é constituído todo um conjunto de idéias acerca da natureza humana, a respectiva importância de nossas diversas faculdades,

sobre o direito e o dever, a sociedade, o indivíduo, o processo, a ciência, a arte e o espírito nacional que direciona as idéias, qualquer que seja a educação, do rico ou do pobre, das carreiras liberais ou funções industriais, o objetivo é fixar essas idéias na consciência dos educadores.

O resultado é que a sociedade faz do indivíduo certo ideal, seja do ponto de vista intelectual, quanto físico e moral, ideal esse que, até certo ponto é o mesmo para todos os cidadãos, sendo, ao mesmo tempo uno e diverso, é que constitui a parte básica da educação.

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina (DURKHEIM, 1978, p. 41).

A educação é o pilar de diversas qualidades, como o aperfeiçoamento do indivíduo, a realização e sendo a educação a única responsável pelo processo de aperfeiçoamento do indivíduo, conclui-se que enquanto existir este processo haverá educação (CIRIGLIANO, 1974).

Mesmo com os expressivos fenômenos de expansão da educação, a desigualdade socioeconômica não consegue diminuir, a educação não é um fator de redistribuição de renda, esta é determinada pelo modo de produção. O capitalismo dita suas regras para a educação que por sua vez cria condições para o capital melhor aproveitar a mão-de-obra, mais qualificada e submissa aos sistemas de exploração. As universidades são as fábricas dos profissionais, que tem como objetivo formar mão-de-obra qualificada para atender as demandas do mercado (ROSSI, 1980).

1.2 EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA, DIFÍCIL DIFERENÇA

Para Durkheim (1978, p. 31), “a história da pedagogia, não é a história da educação, porque as teorias não exprimem exatamente o que realmente ocorre, e não enumeram também exatamente o de fato se teria realizado”.

A pedagogia não consiste em ações, mas em teorias, que são maneiras de conceber a educação e não maneiras de praticá-las, sendo que a pedagogia é, ou pelo menos foi no passado, intermitente, ao passo que a educação é contínua.

De acordo com Durkheim (1978, p.66), “A pedagogia é, assim, uma teoria prática. Ela não estuda cientificamente os sistemas de educação; reflete, mais ou menos profundamente, sobre tais sistemas, no sentido de fornecer ao educador uma visão teórica que o inspire”.

Sendo a pedagogia uma ciência ou disciplina que estuda diversos temas relacionados à educação, seja no aspecto teórico ou no prático, seu objetivo principal é a melhoria no processo de aprendizagem dos indivíduos, através da reflexão, sistematização e produção de conhecimentos. Como ciência social, a pedagogia está conectada com os aspectos da sociedade e também com as normas educacionais do país.

A práxis pedagógica precisa aproximar mestre e discípulo, essa aproximação é fundamental para a prática do ensino aprendizagem, a palavra e o ouvido do mestre e discípulo são componentes fundamentais no processo aprendizagem do viver. A terminologia proximidade tem um significado essencial na relação humana (MARIA, 1996).

A filosofia da educação é entendida como uma reflexão que dá embasamento para uma pedagogia, pois a pedagogia é uma teoria que se serve de várias ciências, ou seja, utiliza-se como mediação de várias dimensões do saber, seja a psicologia, seja a filosofia... Por isto, é fundamental que, não se perca de vista qual tipo de homem se quer educar, para qual tipo de mundo e qual a sociedade que se propõe a construir, (MARIA, 1996, p.74).

Dito que a pedagogia não é a educação e tão pouco é para substituí-la, o papel da pedagogia não é substituir a prática educativa, mas guiá-la, esclarecendo, auxiliando e remediando as lacunas que venham aparecer corrigindo as insuficiências que possam ser observadas, (DURKHEIM, 1978).

A educação é também considerada instrumento de desenvolvimento econômico, de diminuição das diferenças econômicas entre indivíduos, de permeabilização das classes sociais dentro de cada sociedade e de estreitamento das distâncias entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, (ROSSI, 1980, p.17).

A prática pedagógica no ensino superior deve ser encarada com muita seriedade, requer posturas e comprometimentos com um processo que eduque para a autonomia do acadêmico, e mediado pelo professor. Acredita-se que a educação é o princípio da liberdade e poderá auxiliar na construção de uma sociedade mais humanizada.

A pedagogia é o conjunto de meios empregados pelo professor para atingir seus objetivos no âmbito das interações educativas com os alunos. Noutras palavras, do ponto de vista da análise do trabalho, a pedagogia é a “tecnologia” utilizada pelos professores em relação ao seu objeto de trabalho (os alunos), no processo de trabalho cotidiano, para obter um resultado (a socialização e a instrução), (TARDIF, 2002, p.117).

1.3 EDUCAÇÃO, CARÁTER SOCIAL

Como fundador da escola francesa de sociologia, Durkheim combinava a pesquisa empírica com a teoria sociológica, considerado um dos pais da sociologia moderna, afirmava que: “os fatos sociais devem ser tratados com

coisas”, suas idéias ajudaram a compreender o significado social do trabalho do professor, tirando a educação escolar da perspectiva individualista, embora nunca tenha desenvolvido métodos pedagógicos.

Seja qual for o sistema educativo, ele é um resultado histórico, que só a história pode explicar, portanto, o educador antes de tudo precisa conhecer e compreender o sistema o qual está inserido, pois só assim poderá usufruir dele, com discernimento e criteriosamente julgar os pontos desfavoráveis.

Segundo Durkheim (1978, p. 73), “só a história do ensino e da pedagogia permite esclarecer os fins que a educação deve colimar, em cada época.”

A educação é um processo social, que põe em contato o indivíduo com a sociedade determinada, fazendo não somente a reflexão especulativa sobre a educação, mas o comando da própria ação prática de educar, a ciência da educação tem por fim único conhecer, compreender o que existe, não se deve confundir com pedagogia, essa visa dirigir a atividade.

Para a ciência da educação, a pedagogia é coisa bem diversa, não tem como objetivo descrever ou explicar o que é, ou o que tem sido, mas determinar o que deve ser a orientação; não se refere ao presente nem ao passado, mas ao futuro, expondo o que será preciso fazer, é assim a pedagogia chamada de teoria prática, não há um estudo científico dos sistemas de educação, apenas uma reflexão profunda sobre tais sistemas, para fornecer ao educador uma visão teórica que o inspire.

O indivíduo tem necessidade de educação e a criança difere do adulto na formação e evolução dos seus sentidos, sua memória, suas capacidades de

associação, de atenção, imaginação, pensamento abstrato, sua linguagem, seus sentimentos, caráter e vontade.

A psicologia infantil, relacionada com a do homem adulto, completada pela psicologia própria do educador, eis uma das vias por onde a ciência pode abordar o estudo da educação. Isso é universalmente admitido (DURKHEIM, 1978, p. 15).

Pensar que os filhos são educados como querem os pais, é uma ilusão, pois as regras são estabelecidas, de acordo com o meio social em que vivem, a prática educativa, qualquer que seja a diferença entre si, apresenta um caráter comum, todo resultado parte da ação que uma geração exerce sobre a outra seguinte, tem como finalidade a adaptação ao meio social em que esta última está inserida. A sociedade sendo uma entidade moral duradoura, liga uma geração a outra, para que o legado de cada geração possa ser conservado e acrescido (DURKHEIM, 1978).

As práticas educativas não são fatos isolados uns dos outros; ao contrário, para uma mesma sociedade, estão ligados num mesmo sistema em que todas as partes concorrem para um fim único: é o sistema de educação próprio desse país e desse tempo. (DURKHEIM, 1978, P.61).

1.4 EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

Sabe-se que a educação é um fato social, isso só não basta, além de descrevê-la exteriormente e aprofundar ao máximo as características dos fatos sociais, é necessário desvendá-la nas suas entranhas, fenomenologia não é descrever, mas descobrir no seu mais amplo sentido original que é; descobrir, desvendar (CIRIGLIANO, 1974).

A sociedade se manifesta de forma estruturada ou camadas sociais, como: família, igreja, estado, e cada indivíduo busca a orientação para a sua realidade, com determinados fins sociais particulares, a sociedade que

encontramos agora, com suas divisões de grupo e classe, se deu a partir da divisão do trabalho (CIRIGLIANO, 1974).

Admitido que a educação seja função essencialmente social, não pode o Estado desinteressar-se dela. Ao contrário, tudo o que seja educação, deve estar até certo ponto submetido à sua influência. Isso não quer dizer que o Estado deva, necessariamente, monopolizar o ensino. (DURKHEIM, 1978, P.48).

O Estado é administrador dos conflitos, fazendo a organização do poder de todos, objetivando a ordem interna e segurança externa. Sustenta-se na força e cria o direito. Segundo Cirigliano (1974, p. 58) “O Direito e o Poder são inseparáveis: o poder é criador do direito e o direito tem origem no poder”.

Sendo o Estado uma instituição social poderosa, exigirá a sua educação, que será voltada para o interesse dos ideais nacionais, afinal o Estado é uma estrutura social com a finalidade política, sendo que cada grupo social tem sua educação específico.

O educador é preparado para executar sua tarefa, que é ensinar, educar, mas esse ato não acontece por sua própria autoridade, mas ao serviço de grupo que lhe dita leis e um fim.

Os múltiplos círculos sociais se vêm obrigados a unificar-se para conseguir a transmissão do que é comum, por isso delegam a outros círculos, geralmente aos mais poderosos, essa transmissão geral, reservando-se para a mais específica (CIRIGLIANO, 1974, p. 67).

A cultura socializada se apresenta de forma irregular distribuída nos diversos círculos sociais, dependendo da comunidade, do grau de aprofundamento, organizam-se em grupos de conteúdos, referindo-se aos três grupos de conteúdos da educação sistemática; dividido como do superficial ao profundo. Primeiro tem-se o ensino primário, que socializa basicamente o indivíduo, possibilita a utilização dos elementos básicos, segundo o ensino

médio, que passa a compreensão média da cultura vigente, é uma socialização dentro do que é cultura, já o ensino superior, o indivíduo passa ter compreensão especial do ramo que será adaptado numa profissão.

Hoje, pela própria característica de uma sociedade democrática, pelo ideal de mudança e pela própria exigência de preparo de todos, a divisão rígida dos três grupos de conteúdos vai caindo em desuso, portanto esta formação tradicional e estática, desaparece dando lugar a uma educação diversificada e dinâmica que vai se ajustar de acordo com as exigências do tipo atual de sociedade (CIRIGLIANO, 1974).

Um dos interesses básicos nesta sociedade é a produção, o trabalho, a preocupação econômica. A educação deve preparar para isto. Uma forma social da qual nenhum associado pode escapar na democracia é o seu trabalho para ganhar a vida, já que não é absurda numa democracia (CIRIGLIANO, 1974, p. 124).

Quando se diz, que a educação vai mal é em relação aos valores antigos, pois do outro ponto de vista ela corresponde às necessidades atuais, a finalidade da educação é a formação da personalidade individual do indivíduo e não a criação de um caráter ou personalidade social.

Afirma Cirigliano (1974, p. 127), “a educação deve transformar-se num princípio e num meio eficaz para cooperar na aceitação da crise e na sua superação”.

2 GLOBALIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR

2.1 DEFININDO GLOBALIZAÇÃO

A globalização diz respeito fundamentalmente à integração e à intensificação das relações sociais de escala mundial, tende a produzir efeitos específicos na educação ou nos sistemas educativos nacionais e suas organizações, afeta as políticas educacionais de modo variável, com maior ou menor vulnerabilidade, seja regional setorial ou organizacional, defende que a educação deve obedecer aos ditames das forças de mercado, privatizando, liberalizando ou descentralizando serviços, ao mesmo tempo aceita cortes orçamentais nas áreas sociais, (ESTEVÃO, 2002).

Pode-se dizer que a globalização é um processo de aprofundamento da integração econômica, social, cultural e política, sendo um fenômeno gerado pela necessidade da dinâmica do capitalismo de formar uma aldeia global que permita maiores mercados para os países ditos desenvolvidos, cujos mercados internos já estão saturados. O processo de globalização diz respeito à forma como os países interagem e aproximam pessoas, ou seja, interliga o mundo, levando em consideração aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos.

As implicações de tudo isto para a educação e para o sistema educativo são evidentes: eles não podem ficar de modo nenhum alheios a esta dinâmica global ou meter a cabeça debaixo da areia face às realidades do mercado global, (ESTEVÃO, 2002, p. 41).

A globalização é o termo utilizado para o processo de transformações econômicas e políticas que vêm acontecendo nas últimas décadas. A principal característica é a exploração de grandes empresas multinacionais, se junta a isso a grande revolução tecnológica, com isso os países passam a interagir não só na economia e na política, como também na cultura.

Pode-se dizer que, os países dependentes são cada vez mais subordinados aos interesses dos grandes capitais e deles se tornam reféns da ação dos organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio, (OMC), representantes dos interesses dos grandes oligopólios transnacionais que ditam políticas estruturais econômicas, sociais e políticas, cujas conseqüências resultam de um lado no crescimento da economia e no incremento da acumulação, de outro, no aumento das desigualdades entre países, classes sociais, (GENTILI, 1995).

Os países da América Latina passam por um longo período de transição marcado pela crise do modelo de industrialização e pela perda de importância dos atores nacionais que impulsionavam aquele modelo. A conjuntura está determinada por um processo global de reforma do estado e de suas relações com a sociedade e a economia, direcionado a instaurar o mercado mundial como mecanismo principal de alocação de recursos entre os países e dentro deles, (CORAGGIO, 1998, p.77).

Observa-se que, as políticas neoliberais de reestruturação e de ajuste das organizações imperiais seguem diretrizes gerais de redução do estado nas políticas sociais, de privatização, flexibilização, mercantilização, que ao serem implementadas geram efeitos desiguais e afetam diretamente os países, regiões, Bairros, família ou indivíduos. Nos países dependentes como o Brasil, as conseqüências das políticas neoliberais são mais perversas em virtude dos acentuados níveis de pobreza, de miséria e exclusão, que se acentuam mediante tais políticas.

Acredita-se que a globalização se apresenta com uma constante polaridade, de um lado, a riqueza e a opulência concentrada em pequenos grupos sociais e, de outro lado, a pobreza e a exclusão social atingindo grandes continentes populacionais, os contrastes sociais são cada vez maiores, de um lado os desamparados, sem moradia e condições mínimas de

sobrevivência e, de outro, o supérfluo luxo de uma minoria, formam-se dois extremos, os polos de riqueza e pobreza.

A exclusão social que a cada dia fica mais crescente nos países do primeiro mundo e, mais brutal e perverso entre os países ditos de terceiro mundo, leva-nos a fazer uma reflexão mais cuidadosa sobre a súbita valorização do trabalho, a exigência da qualificação e qual sentido da qualidade total, (GENTILI, 1995).

As políticas sociais têm como objetivo compensar conjuntamente os resultados da revolução tecnológica e econômica que caracteriza a globalização. Elas são o complemento necessário para garantir a continuidade da política de ajuste estrutural. A reestruturação do governo é seu principal objetivo, descentralizando e reduzindo as responsabilidades do estado como, por exemplo, com a educação, deixando nas mãos da sociedade civil a alocação de recursos, sem mediação estatal, (TOMMASI et al, 1998).

Estas políticas não incluem uma definição sobre como conseguir que o "capital humano" seja algo mais do que um recurso de baixo custo para o capital, e de fato promovem a equidade à custa do empobrecimento dos setores médios urbanos, sem afetar as camadas de alta renda. (CORAGGIO, 1998, p.78).

Afirma-se que a expressão globalização tem sido utilizada mais num sentido ideológico, no qual se assiste no mundo inteiro um processo de integração econômica sob a égide do neoliberalismo, caracterizado pelo predomínio dos interesses financeiros, pela desregulamentação dos mercados, pelas privatizações das empresas estatais e pelo abandono do estado de bem estar social.

A globalização desenvolve uma presença mundial, cruzando fronteiras, desrespeitando pensamentos e culturas, visando a integração mundial com

perspectivas de capitalizar, tanto globalmente, quanto localmente, tudo para sustentar uma posição global, os organismos educativos ficam engessados a agenda da globalização na nova ordem mundial, enfrentando novos espaços de conhecimentos propiciados pelas novas tecnologias, estruturando-se para desempenhar outras atividades, oferecer novos valores, com novos profissionais em novas áreas de conhecimento ou serviços que sejam considerados importantes para a educação, (ESTEVÃO, 2002).

Sabe-se que a capacidade de aprender e aplicar o conhecimento torna-se a base da competitividade, a educação superior adquire uma enorme importância como instância produtora das fontes de riqueza, geradora e disseminadora dos conhecimentos, da capacidade de utilizar os saberes adquiridos e de aprender ao longo da vida. Esses são os principais fatores da competitividade.

A reforma do estado brasileiro está pautada na receita neoliberal que vê todos os problemas sociais, econômicos e políticos do Brasil como decorrentes da presença do estado na obrigatoriedade da implementação das políticas públicas para a sociedade. Desta forma o estado submete-se às orientações dos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), e o Banco Mundial (BM), objetivando a separação das atividades públicas do estado, ficando este sem a responsabilidade de gerir tais serviços, como, educação, saúde, cultura, as políticas públicas que podem ser realizadas por instituições não governamentais, na figura de prestadora de serviços, o que chama-se de Organizações Sociais, que com o estado celebram contrato de gestão, (CHAUÍ, 1999).

[...], ao passo que outros, mais preocupados com as dimensões sincrônicas do conceito, preferem interpretar a globalização de uma forma temporalmente mais modesta, entendendo-a como uma extensão global do processo de modernização iniciado pelo estado, (ESTEVÃO, 2002, p.8).

Acredita-se que o estado como mediador dos conflitos sociais e políticos, historicamente vêm assumindo posições em defesa da propriedade privada e do capital, com isso fortalece o confronto da relação estado e sociedade, o público e o privado, esse comportamento fica expressivo a partir das políticas neoliberais.

Num contexto econômico caracterizado pelas mudanças e surgimento de novos modelos de produção, baseados no saber e suas aplicações, assim como no tratamento da informação, deverão ser reforçados os vínculos entre o ensino superior e o mundo do trabalho e outros setores da sociedade, (UNESCO, 1998, p.86).

Pode-se dizer que os rumos assumidos pelas Universidades Públicas Brasileiras desde as últimas décadas do século XX e início do atual, estão afinados com a dinâmica mundial de reestruturação econômica e política, como se vem consolidando.

2.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR: DILEMAS E DESAFIOS

Para entender melhor a história da educação e principalmente o desenvolvimento da universidade, faz-se necessária uma rápida observação sobre o aparecimento das universidades, seu surgimento não está relacionado ao desenvolvimento intelectual da pesquisa, do ensino e da extensão, como ela é pensada nos dias atuais, mas como um espaço de ascensão da burguesia.

Pode-se verificar que em sua origem não havia regras definidas, o sistema escolar antigo e medieval são manifestações das necessidades dos grupos dominantes e da igreja. A partir do século XI a universidade se estrutura de acordo com as necessidades dos burgueses.

Sabe-se que o debate acerca das políticas para o ensino superior situa-se no conjunto das análises das políticas neoliberais que por sua vez inserem-

se no contexto das configurações do capitalismo contemporâneo que tem como seu cerne a globalização, que se apresenta na economia, na política, na cultura e na ideologia. Explicita-se sob um poder mundial desigual cuja hegemonia tem como protagonistas os países imperiais.

Pode-se dizer que a educação como capital cultural para a acumulação torna-se importante, uma vez que ela assume um papel de destaque na formação da capacidade de pensar do indivíduo, trata-se de disciplinar o pensamento do indivíduo, para que seu raciocínio seja prioritariamente voltado para os objetivos da organização do qual está inserido.

De fato, e num olhar ainda que superficial, verificam-se cada vez mais tentativas de convergências dos sistemas educativos ou até de construção de um sistema educativo supra e transnacional, designadamente em áreas tão diversas como as que abrangem a relação entre educação, trabalho e formação, ou os programas de inclusão e alternância, ou os softwares de formação e o enriquecimento dos portfólios individuais, ou o empreendedorismo e a criação de universidades empresariais, (ESTEVÃO, 2002, p.22).

Acredita-se que a educação torna-se fator fundamental na formação do indivíduo com as competências e habilidades necessárias ao mundo do trabalho modernizado, ampliam-se as exigências sobre os indivíduos considerados produtivos, são exigidos amplos e novos conhecimentos e renovadas atitudes no exercício das múltiplas funções humanas.

Nesse contexto, a educação é um elemento importante na hegemonia das classes que detém o poder econômico e político, assumindo papel estratégico fundamental na produção das relações sociais, não só do ponto de vista da formação da força de trabalho, como na transformação dos saberes necessários ao fazer do mundo da profissionalização, quanto do ponto de vista cultural e político. Assim a educação é compreendida como um instrumento de coesão social, ou da aceitação e compreensão do mundo capitalista na ótica dos interesses do capital, (ESTEVÃO, 2002).

Pode-se dizer que, dentro da lógica empresarial que transforma o ensino superior em mercadoria, as universidades públicas brasileiras passam a ser pensadas sob a ótica da organização com fins lucrativos, o Banco Mundial critica os gastos públicos com as instituições universitárias públicas, considerando-as ineficientes e improdutivas, enfatizando a eficiência e a produtividade da iniciativa privada, cria-se, com isso, possibilidade para a iniciativa privada atender á demanda por ensino superior.

A resistência feita a esta manifestação de desmantelamento do estado exigido pelos organismos internacionais, levou, principalmente, as universidades públicas e, através de seus representantes de classe e outros setores sociais, ter retardado a implementação até o momento da formalização dos chamados contratos de gestão. Em contra partida outras políticas educacionais adotadas pelo governo federal, estão cada vez mais levando as universidades para a busca de sua auto sustentação, sua sobrevivência, Chauí (1999) levanta a questão, segundo a qual a Instituição de Ensino Superior vem transformando-se no que ela chama de universidade operacional.

Essa nova universidade exige a necessidade desse novo modelo de gestão, pois no novo ambiente educacional, não há tempo para a reflexão, para a crítica, para produzir e difundir conhecimentos, para a mudança, muito menos para a superação e busca do novo, (CHAUÍ, 1999).

A idéia de autonomia, como a própria palavra grega indica – ser autor do nomos, ser autor da norma da regra e da lei -, buscava não só garantir que a universidade pública fosse regida por suas próprias normas, democraticamente instituídas por seus órgãos representativos, mas visava, ainda, assegurar critérios acadêmicos para a vida acadêmica e independência para definir a relação com a sociedade e com o estado. Numa palavra, autonomia possuía sentido sócio-político e era vista como a marca própria de uma instituição social que possuía na sociedade seu princípio de ação e regulação, (CHAUÍ, 1999, p.216).

Acredita-se que a crise estrutural do estado direciona a educação superior a um cenário composto de contradições, apresentando o grande dilema da educação superior como direito social e bem público ou educação como negócio e mercadoria. Considerando que o estado por não ser mais capaz de prover suas instituições, dando condições necessárias para que possa promover a justiça social, rompe com os modelos tradicionais do trabalho e o resultado da educação globalizada se volta mais aos indivíduos do que à sociedade. A educação superior globalizada enfrenta hoje grandes desafios, éticos, políticos e sociais, nesse contexto de incertezas e transformações, em ritmo cada vez mais acelerado.

É urgente saber quais os limites e as possibilidades ainda inexploradas dessa relação entre o banco Mundial, os governos e as sociedades da América latina, porque dela continuarão decorrendo as políticas educativas capazes de promover ou bloquear o desenvolvimento sustentável de nossas sociedades, (CORAGGIO, 1998, p.77).

Observa-se que as contradições que a educação superior enfrenta nesse momento são bem claras, com objetivos totalmente antagônicos, ao mesmo tempo em que transforma a educação em mercadoria direcionando à simples capacitação para os postos de trabalho menos exigentes, oferecendo conhecimento de rápida aplicação e que atenda aos interesses imediatos do mercado, por outro lado é cobrado da Instituição de Ensino Superior, formar profissional de ponta, com elevada qualidade de pesquisador, profissional competente, criativo, com raciocínio rápido e lógico, hoje se exige a formação de líderes.

Segundo a UNESCO (1998, p.83) “Há a necessidade de instituições de educação e pesquisa adequadas, que formem uma massa crítica de pessoas altamente qualificadas e cultas”.

Um dos grandes desafios que enfrenta hoje a educação superior é compreender essas contradições e encontrar novos rumos, novos caminhos. A

universidade brasileira e conseqüentemente o ensino superior, vive as contradições que o debate, as ações políticas e as práticas acadêmicas, não conseguem responder e apresentar novos rumos para superar essa cruel realidade, (CHAUÍ, 1999).

Nesse novo contexto que o ensino superior encontra-se, o aumento de vagas oferecidas por Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e principalmente privadas é expressivo, há uma procura por formação universitária que tenha o domínio do conhecimento que exige a modernidade globalizada, levando ao rápido crescimento de IES, sem uma avaliação crítica, sem um planejamento estratégico, ou sem um projeto acadêmico, que poderiam contribuir para o seu próprio modelo de aprendizagem, (CHAUÍ, 1999).

Observa-se que a universidade por ser um ambiente acadêmico, e reunir o pensamento crítico de docentes e discentes, assume um papel de responsabilidade pela formação do profissional de nível superior, sendo o final do processo educativo, portanto a universidade é indispensável para essa transformação, não pode ser mera produtora de recursos humanos, transformando a formação acadêmica em preparação para o mercado.

Na qualidade de fonte permanente de formação, aperfeiçoamento e reciclagem profissional, as instituições de ensino superior deverão levar em consideração, sistematicamente, as tendências que aparecem no trabalho e em setores científicos, tecnológicos e econômicos. A fim de satisfazer as demandas colocadas no mundo do trabalho, os sistemas de educação superior e o mundo do trabalho devem criar e evoluir, em conjunto, modalidades de aprendizagem, programas de transição e programas de avaliação e reconhecimentos prévios dos conhecimentos adquiridos, que integrem a teoria e a formação no emprego, (UNESCO, 1998, p.86).

Compreende-se que, o que há de especial nas universidades é o fato de que, para elas, ensino, pesquisa e extensão são, por princípio, obrigatórios e indissociáveis. Isso significa que a universidade não pode deixar de atender a

estas três finalidades da educação superior, e atendê-las de forma associada, sob pena de não poder ostentar o título de universidade. As demais instituições de ensino superior não têm essa obrigação, podendo se dedicar apenas ao ensino, já que o ensino é da essência da educação.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, (EC nº11/96), (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2009, p.132).

Sendo as Instituições de Ensino Superior fontes permanentes de aperfeiçoamento, reciclagem profissional e formação, deverão estar em constante sintonia com as novidades que aparecem no trabalho e em setores científicos, tecnológicos e econômicos. A educação superior para atender às demandas colocadas no mundo do trabalho, cria e evolui em conjunto como modalidades de aprendizagem, programas de avaliação e reconhecimentos adquiridos, que fazem parte da teoria e a formação no emprego, (UNESCO, 1998).

3 PROFESSOR UNIVERSITÁRIO E A RESPONSABILIDADE DE SER EDUCADOR NO SÉCULO XXI

3.1 PRÁTICA DOCENTE E OS DESAFIOS DA PROFISSÃO

Compreende-se que ensinar exige do profissional, reflexão crítica sobre a prática, pesquisa, metodologia, ética, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação, ensinar exige respeito aos saberes dos discentes. O professor não é um produto acabado, um estado final, mas será um permanente tornar-se professor, com suas experiências que vão ganhando mais significados no processo evolutivo como profissional e como pessoa.

Nessa ótica, os saberes oriundos da experiência de trabalho cotidiana parecem constituir o alicerce da prática e da competência profissional, pois essa experiência é, para o professor, a condição para a aquisição e produção de seus próprios saberes profissionais, (TARDIF, 2002, p.21).

Observa-se que o professor universitário, além de transmitir a informação, de verificar o potencial criativo e de internalização dos conteúdos e conhecimento de seus alunos, deve está atento à preparação desses alunos, para terem o pensamento crítico, preparando para viver e trabalhar em uma sociedade onde as mudanças e transformações acontecem a todo o momento.

Os professores são escultores das emoções, por isso devem educar olhando nos olhos, com gestos que falam tanto quanto as palavras, a maneira de sentar em sala para assistir a aula é importante, deixando de lado a forma tradicional, o educador deve orientar que seus alunos sentem em forma de U ou em círculo, ajuda na concentração do aluno, diminui a ansiedade e o clima da classe ficará mais agradável, sem contar com a interação social que dará um grande salto, (CURY, 2003).

Com essa idéia de trabalho interativo, procuro compreender as características da interação humana que marcam o saber dos atores que atuam juntos, como os professores com seus alunos numa sala de aula. A questão do saber está ligada, assim, á dos poderes e regras mobilizados pelos atores sociais na interação concerta, (TARDIF, 2002, p.22).

Observa-se que a docência no ensino superior ainda é um desafio, pois nem sempre o professor está disposto a partilhar com seus discentes o processo educativo. Democratizar o espaço da sala de aula parte do princípio de que a prática pedagógica deve ser permeada pela pesquisa, contribuindo para a descoberta e para o desenvolvimento de uma atitude de autonomia intelectual.

É importante que o professor esteja aberto para o processo de repensar a construção do conhecimento, sempre numa nova visão de mediação e interação, sendo essencial para que ocorra a aprendizagem.

A educação não precisa de reforma, mas de uma revolução. A educação do futuro precisa formar professores, empreendedores, sonhadores, líderes não apenas do mundo em que estamos, mas do mundo que somos, (CURY, 2003, p.153).

Acredita-se que o maior desafio do docente no ensino superior é fazer com que o acadêmico tenha participação efetiva nas discussões em sala de aula, a relação professor e acadêmico é de fundamental importância para o processo de aprendizagem, o professor deve orientar o aluno, para que esse possa, no futuro ser um pesquisador por excelência, curioso, criativo e reflexivo, ser capaz de analisar, criticar, refletir e ter competência de elaboração própria com os referenciais pesquisados.

Sabe-se que o professor universitário tem uma responsabilidade muito grande em suas mãos, sendo ele o mentor para fazer despertar em seus alunos a capacidade de construir uma educação sólida, capaz de inseri-lo na

dimensão social, portanto, a educação não é apenas juntar conhecimentos e ensinar habilidades úteis profissionalmente, mas principalmente ajudar a pensar mais claramente, sentir e agir mais humanamente, todas essas dimensões levam a uma visão mais global do mundo e do ser humano.

De acordo com Cury, (2003, p.107), “A qualidade das informações e experiências registradas poderá transformar a memória num solo fértil ou num deserto árido, sem criatividade”.

Pode-se dizer que o tradicional papel do docente é apenas transmitir informações aos alunos, mas essa postura passa por uma grade revisão, priorizando-se mais a relação com o aluno, de modo que a aprendizagem seja mais significativa, nesse sentido o professor passa a ser um orientador das atividades acadêmicas do discente, motivando e incentivando, apresentando os progressos e ao mesmo tempo, com respeito e tranquilidade, corrigindo quando necessário, desenvolvendo trabalho em equipe, tendo postura responsável com seus discentes.

Na verdade, o que falta á Universidade é um projeto educacional claramente expresso e definido ao qual todos os seus docentes pudessem de filiar, percebendo que, mais do que transmissores de informações, deveriam ser todos educadores, comprometidos com a tarefa educacional predeterminada pelo referido projeto. (VASCONCELOS, 1996, p. 6).

Acredita-se que o verdadeiro professor é aquele que não faz uso exclusivamente de conteúdos e informações já existentes, ou seja, não tem como metodologia de ensino a reprodução do que já foi feito e estabelecido. O professor universitário não pode adotar cegamente a idéia da repetição, ele não pode fazer uso exclusivo disso, os conteúdos precisam ser atualizados e o professor universitário precisa construir conhecimento, para e com seus discentes.

A relação que os professores mantêm com os saberes é a de “transmissores”, de “portadores” ou de “objetos” de saber, mas não de produtores de um saber ou de saberes que poderiam impor como instância de legislação social de sua função e como espaço de verdade de sua prática. Noutras palavras a função docente se define em relação aos saberes, mas parece incapaz de definir um saber produzido ou controlado pelos que a exercem, (TARDIF, 2002, p.4).

Compreende-se que o novo perfil do profissional globalizado seja de competência questionadora, ele jamais poderá reproduzir o saber e o fazer para chegar ao conhecimento, esse deverá ser construído. É sabido que para melhorar a qualidade do ensino nas universidades brasileiras, os professores devem deixar de fazer uso exclusivo da reprodução dos conhecimentos como método exclusivo de ensino e aprendizagem, pois a educação, o ensino e o aprendizado feito com qualidade têm a capacidade de oferecer melhores condições para o aluno desenvolver a postura de aprender pela sua própria elaboração, isso leva o aluno a empenhar-se integralmente na busca do conhecimento, e não apenas memorizá-lo, levando o discente a uma ação disciplinada estando sempre interessado, atento na busca da nova descoberta.

Ao entrar em sala de aula, o professor penetra em um ambiente de trabalho constituído de interações humanas. As interações com os alunos não representam, portanto, um aspecto secundário ou periférico do trabalho dos professores: elas constituem o núcleo e, por essa razão, determinam, ao nosso ver, a própria natureza dos procedimentos e, portanto, da pedagogia, (TARDIF, 2002, p.118).

Acredita-se que não há um modelo de bom ou péssimo professor, tudo depende da forma pessoal de cada um e a forma como interage com os alunos, pode-se dizer que o melhor professor será aquele que tiver uma resposta pronta para a questão que preocupa o aluno naquele momento, essa habilidade é de fundamental importância para reconhecer a necessidade imediata do aluno, desse modo, o professor precisa de competência, conhecimento, metodologia, pedagogia, psicologia para poder desempenhar sua missão de educador com dignidade, qualidade e respeito dos seus discentes.

Observa-se que o papel do professor como agente da socialização tem sofrido relevantes modificações devidas á transformação do contexto social, isto, quer dizer que aumentaram, e muito, suas responsabilidades. O professor universitário precisa estar sempre em busca do aprender, renovando constantemente sua aprendizagem, sabendo ensinar e procurando aprender cada vez mais para poder exercer sua função de educador com dignidade.

Um professor capaz de ajudar seus alunos a desenvolverem a criatividade, a receptividade á mudança e a inovação, a versatilidade no conhecimento, a antecipação e adaptabilidade a situações variáveis, a capacidade de discernimento, a atitude crítica, a identificação e solução de problemas etc. requer, no mínimo, que ele mesmo tenha aprendido e seja capaz de dominar essas habilidades no seu exercício profissional, (TORRES, 1998, p157).

Pode-se dizer que educar é como contar história, assim sendo o professor é um contador de histórias, faz-se necessário estar sempre exercitando uma voz, expressiva e leve que durante a exposição da aula vá mudando o tom, ter reações e gestos para a melhor compreensão das informações que aparentemente são lógicas, mas não conseguem ser passadas com facilidade. Muitos professores detêm o conhecimento acadêmico, mas têm uma grande dificuldade em repassá-lo, pois são formais, engessados, isto os torna sem humor, sem criatividade. Dentro do ser humano mais formal possível, existe algo engraçado, existe um palhaço que quer respirar, relaxar e brincar, deixe-o contar histórias, a educação precisa ser séria, mas também agradável, (CURY, 2003).

Contar histórias é psicoterapêutico. Sabe qual a melhor maneira de resolver conflitos em sala de aula? Não é agredir, dar gritos estridentes ou fazer um sermão. Estes métodos são usados desde a idade da pedra e não funcionam. Mas contar histórias. Contar histórias fisga o pensamento, estimula a análise, (CURY, 2003, p.134).

Acredita-se que a profissão de docente apresenta singularidade que a diferencia das demais profissões, na verdade para sustentar o título de docente, não é suficiente apenas um diploma acadêmico, ou apenas querer ser, é

preciso dedicação e o compromisso de crescer tanto no plano pessoal quanto no profissional. Compreender a identidade profissional do professor está diretamente ligada á interpretação social da sua profissão.

Ao longo dos tempos o professor foi construindo sua competência, cujos determinantes econômicos, políticos e sociais foram definindo essa competência face aos impactos da globalização. O processo de democratização da educação e a competência pedagógica tiveram sua historia desde o princípio da idade moderna até a idade contemporânea, o que o professor precisa compreender é que a competência pedagógica, vivenciada em cada um desses momentos, esteve sempre voltada aos interesses da classe dominante, (SEDREZ, 1996).

Na educação da burguesia ascendente se incentivava, além dos conhecimentos práticos, o interesse pelas explicações científicas dos fenômenos e leis da natureza, isto é, o estudo das Letras, Artes e Ciências. Os filhos dos trabalhadores que tinham acesso á educação aprendiam rudimentos de ciências e algum ofício, (SEDREZ, 1996, p.65).

A história da educação dos homens está inserida na história das lutas sociais e vive em constante construção, é essencial compreender o passado para transformar o presente, assim, o professor competente não é mais simplesmente o transmissor do conhecimento sistematizado, através da memorização e disciplina rígida, o professor competente guia a aprendizagem, ensina aos alunos a “aprender a aprender”, (SEDREZ, 1996).

Bons professores usam a memória como armazém de informações, professores fascinantes usam a memória como suporte da criatividade. Bons professores cumprem o conteúdo programático das aulas, professores fascinantes também cumprem o conteúdo programático, mas seu objetivo fundamental é ensinar os alunos a serem pensadores e não repetidores de informações, (CURY, 2003 p. 69).

Acredita-se que o mundo contemporâneo apresenta constantes mudanças que afetam todos os setores da sociedade, inclusive a educação, alguma dessas mudanças está relacionadas ao desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que instituem diferentes concepções de tempo possibilitando ao professor desenvolver novas práticas pedagógicas. É necessário, que os professores do século XXI, adquiram competência tecnológica, sem essa competência para utilizar mídias digitais, cria-se uma lacuna entre educadores preparados para utilizar o avanço da tecnologia e aqueles que não estão habilitados para fazer uso delas.

Os computadores podem informar os alunos, mas apenas os professores são capazes de formá-los. Somente eles podem estimular a criatividade, a superação de conflitos, o encantamento pela existência, a educação para a paz, para o consumo, para o exercício dos direitos humanos, (CURY, 2003, p.139).

Embora os professores ocupem a posição mais importante entre os agentes escolares, eles se encontram, com muita freqüência, em último lugar na longa seqüência dos mecanismos de decisão e das estruturas de poder que regem a vida escolar. Na realidade seu poder tanto nos estabelecimentos escolares, como na organização e no próprio desenvolvimento do seu trabalho, é realmente bastante reduzido, (TARDIF, 2002).

3.2 DOCÊNCIA E OS DILEMAS DO ENSINO SUPERIOR NO SÉCULO XXI

Pode-se dizer que a verdadeira revolução que está ocorrendo no campo da educação é marcada pelo papel do professor, este assume a função de orientador, que deve auxiliar e incentivar os alunos a pesquisar, organizar as informações e construir o conhecimento de forma clara e séria, o maior desafio do professor universitário na contemporaneidade é propiciar o desenvolvimento da autonomia discente de forma a construir uma inteligência rápida, lógica e crítica, essa é uma exigência feita ao profissional globalizado.

A necessidade de um profissional completo, não tão especializado em uma vertente de sua profissão. É sentida não só no campo do magistério, como em todas as áreas de atuação humana, frente a novas premissas que emergem nesta época em que a tecnologia e os meios de comunicação mudam as necessidades sociais com uma rapidez nunca antes igualada, (VASCONCELOS, 1996, p. 10).

Para ser professor é preciso vocação, isso é suficientemente claro, assim como para exercer qualquer profissão como, médico, advogado, engenheiro, etc., a diferença é que para exercer essas profissões é necessário um preparo, além de ser controlados por seus órgãos de classe, o que não ocorre com relação à profissão docente, guardando as devidas restrições de caráter genérico e não do campo da formação específica, pode-se dizer que no Brasil qualquer um tem possibilidade de ser professor universitário, (VASCONCELOS, 1996).

Poder-se-ia até dizer, que a maioria dos profissionais que atuam na docência universitária, tornaram-se professores da noite para o dia, eram apenas profissionais e pesquisadores de diferentes áreas, por mais que tenham conhecimentos em suas áreas de atuação, não há preparo pedagógico para enfrentar a relação, ensino aprendizagem em sala de aula com seus alunos. Esse profissional universitário, não tem nenhuma formação para assumir a docência, ao ser contratado por Instituições de Ensino Superior (IES), não é necessário nenhum tipo de estágio docente, tampouco, pré-requisito a experiência docente, o que dificulta a prática intelectual transformadora.

Dizer que o saber dos professores é temporal significa dizer, inicialmente, que ensinar supõe aprender a ensinar, ou seja, aprender a dominar progressivamente os saberes necessários à realização do trabalho docente. Os inúmeros trabalhos dedicados à aprendizagem do ofício de professor colocam em evidência a importância das experiências familiares e escolares anteriores à formação inicial na aquisição do saber-ensinar, (TARDIF, 2002, p. 20).

Busca-se hoje a excelência, o docente universitário que não responda as exigências da educação globalizada, está fora do mercado de trabalho, a

formação docente universitária, exige um profissional completo e competente, inserido na sociedade, com um nível elevado de escolarização e de melhor qualidade, que utilize tecnologias de informação na sua docência, que produza seu trabalho em redes acadêmicas e não mais de forma isolada e, acima de tudo domine o conhecimento contemporâneo, busque a participação do aluno, este é o profissional docente do século XXI.

O perfil de qualquer profissional que pretenda manter-se atualizado será o do empreendedor, um profissional competente em sua área, com visão das questões gerais da sociedade que cerca a sua empresa e a si mesmo, aberto ao novo e com poder de tomada de decisões rápidas e seguras. Acima de tudo, um indivíduo aberto ao aprendizado constante, (VASCONCELOS, 1996, p. 10).

Acredita-se que o momento atual exige profissional competente, tanto em título como em prática, a exigência com o docente é para que ele contribua teórica, prática e criativamente nos espaços educacionais, o docente do século XXI, tem que ter talento e ser criativo para atingir os objetivos da educação globalizada.

O ensino das normas referentes aos direitos humanos e a educação sobre as necessidades das comunidades de todo o mundo, deverão estar refletidas nos planos de estudo de todas as disciplinas, especialmente naquelas que preparam os estudantes para atividades empresariais. O corpo docente deverá desempenhar uma função decisiva na elaboração e definição dos planos de estudo, (UNESCO, 1998, p. 87).

Pode-se dizer que a cada dia que passa e a cada olhar para a educação, os profissionais do ensino superior são mais cobrados, seja desde a eficácia do trabalho, seja a exigência de uma formação mais sólida, apresentada por títulos acadêmicos, para garantir a formação satisfatória ao educando, sabendo administrar e dar respostas aos conflitos intelectuais, o professor universitário é um intelectual que tem um papel social a cumprir.

No caso da docência no ensino superior, nas nossas universidades pode ser encontrada a figura do excelente **professor**, no sentido estrito de “transmissor de conhecimentos”. Conhece bastante o assunto da sua especialidade e transmite, com muita competência, aquilo que sabe. Entretanto, não tem compromisso com o relacionar o seu conteúdo específico com a vida real que corre fora dos muros escolares, desvinculando o seu mundo teórico da realidade na qual estão inseridos seus alunos, (VASCONCELOS, 1996, p.11).

Sabe-se que esse novo contexto, em que o docente universitário está inserido, permite rica interação com o discente, podendo o docente demonstrar afetividade e respeito, mostrando-lhe que embora seja o professor, são iguais como seres humanos inacabados e que estão em constante transformação, fazer esse reconhecimento é importante para um bom e respeitoso relacionamento. O verdadeiro professor é aquele que ajuda o aluno a encontrar as respostas sem mostrar onde essa resposta está e jamais deve planejar uma aula sem deixar espaço livre para as interrogações, as dúvidas, tudo deve ser ouvido e compreendido, pois, se para o professor não faz sentido, para o aluno pode ser apenas o detalhe que falta para a compreensão do contexto.

A arte da pergunta gera pensadores brilhantes nas faculdades de medicina, direito, engenharia, pedagogia. Mas ela deve ser iniciada na pré-escola. Depois de um ano da arte da exposição interrogada e dialogada, os alunos perdem o medo de se expressar, aprendem a discutir as idéias e se tornam grandes viajantes. Como assim? Aprendem a viajar para dentro de si mesmo, aprendem a perguntar porque estão angustiados, ansiosos, irritados, solitários, amedrontados. Aprendem não apenas a questionar o mundo de fora, mas também a fazer uma mesa-redonda com eles mesmos, (CURY, 2003, p. 131).

De acordo com Fiorelli (2001, p. 215), “Longe de qualquer romantismo ou ideologia, deve-se reconhecer que esses valores contribuem, de forma decisiva, para fortalecer a autonomia pessoal”.

Pode-se dizer que se torna necessário superar as barreiras dos antigos comportamentos, a quebra e paradigmas. Os docentes universitários devem se preparar para os possíveis desafios, através de um processo contínuo de aprendizagem.

Na realidade, ao invés da polarização existente, colocando de um lado o professor, como aquele que ensina, e do outro, o aluno que tem que aprender, dever-se-ia sempre pensar a Educação reunindo esses dois elementos-chave num único processo, o ensino-aprendizagem, equilibrando, na valoração de cada um, a importância de ambos, (VASCONCELOS, 1996, p. 21).

Ressalta-se que o momento histórico, caracterizado por profunda mudança tecnológica, social, econômica, política e cultural, impõe desafios para a docência e o ensino superior, o novo papel do professor não é ensinar coisas e soluções, mas ensinar e aprendê-las, o desafio de redefinir-se, instrumentalizar-se para conviver com um novo cidadão, de um novo mundo, rompendo com os limites do já dito ou já ensinado, para ajudar o aluno a enfrentar os desafios que o mundo lhe coloca, aprendendo a questionar situações. O professor deve formar o indivíduo para pensar, elaborar e intervir na sociedade do qual está inserido.

CONCLUSÃO

O docente universitário do presente deve motivar o desenvolvimento dos alunos, incentivando a participação e o interesse pelos conteúdos e disciplinas, estimulando o trabalho em equipe e aceitar que o aluno não é mais apenas um cumpridor de ordens, mas um ser pensante, neste cenário, o domínio de conteúdo do professor não é o mais importante, muito menos o professor autoritário e ditador. Nesse momento entra em cena o docente intelectual e transformador.

De que adiantará um professor que apenas se preocupe com o ato de ensinar, transmitindo seus conhecimentos e experiências, sem se inquietar com o fato de estar, ou não, o seu aluno aprendendo? Existe “ensino” onde não há aprendizagem? Esse tipo de docente, preocupado exclusivamente com a “instrução”, embora bastante freqüente ainda nas escolas brasileiras de 1º, 2º e 3º graus, surge em completa dissonância com as necessidades e/ou aspirações de seu alunado, (VASCONCELOS, 1996, p.21).

Pode-se dizer que a docência universitária tem sido submetida a constantes transformações nos seus fundamentos teóricos e metodológicos, é necessário que o docente entenda e aceite esta nova realidade, que o que importa não é apenas o saber, mas o continuar sabendo, continuar renovando seus conhecimentos, isto o remete à responsabilidade e ao desafio de ensinar sabendo que precisa aprender. Nesse contexto, exercer a profissão do magistério no ensino superior é desafiante, haja vista a concepção dominante transmissora de conhecimentos. Para a educação de futuros cidadãos inseridos em uma nova sociedade, além de transmitir e ensinar novos conhecimentos espera-se desse novo profissional da transformação que seja capaz de mudar comportamentos e atitudes dos alunos.

Compreende-se que a forma de reconhecer o docente transformador é para a sua busca constante de conhecimentos e atitudes transformadoras, que leva a reflexão dos discentes dentro e fora da sala de aula, transformando-os

em intelectuais e sujeitos preparados para serem cidadãos ativos e críticos na sociedade. A visão do docente precisa ser ampla para compreender os interesses políticos e ideológicos que permeiam seu meio profissional, principalmente a sala de aula, pois deve reconhecer que lá existem relações sociais antagônicas.

Ressalta-se que o ambiente educacional é onde se fazem presentes com freqüência, as diferenças étnicas, culturais, de gênero e físicas, é a multiculturalidade marcando presença no ambiente escolar, o docente precisa estar preparado para agir profissionalmente, assim com também os alunos. Cabe ao professor preparar esses alunos para aprender a conviver com a diversidade, respeitando as diferenças humanas e superando os preconceitos. Na diversidade na sala de aula, ao invés desta ser considerada um obstáculo, o docente deve aproveitar e desenvolver atividade de integração baseada na comunicação, trata-se de assumir a diversidade como um recurso útil ao processo de ensino aprendizagem.

Já afirmamos que, em cada um de nós, existem dois seres que, embora não possam ser separados senão pela imaginação, ainda assim não deixem de ser distintos. Um é constituído de todos os estados mentais que não se relacionam senão conosco mesmo e com os acontecimentos de nossa vida pessoal: é o que se poderia chamar de ser individual. O outro é um sistema de idéias, sentimentos e de hábitos que exprimem em nós, não a nossa individualidade, mas o grupo ou os grupos diferentes de que fazemos parte; tais são as crenças religiosas, as crenças e as práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais, as opiniões coletivas de toda a espécie. Seu conjunto forma o ser social. Constituir este ser em cada um de nós – tal é o fim da educação, (DURKHEIM, 1978, p.82 e 83).

Observa-se que a docência do ensino superior ainda é um desafio, pois nem sempre o professor está disposto a partilhar com os acadêmicos o processo educativo, democratizar o espaço da sala de aula. É de fundamental importância que o docente participe do processo de repensar a construção do conhecimento, numa perspectiva construtivista, na qual a mediação e a interação são os pressupostos essenciais para que ocorra a aprendizagem. No

entanto, a mudança da prática pedagógica não deve acontecer de forma violenta para o professor, nem para o aluno, evitando-se assim a queima de etapas, devendo ser feito de forma consciente, pensada e, sobretudo, preparada para não tirar do professor o prazer de ensinar. Está mais do que na hora de rever a prática pedagógica universitária, para que os futuros profissionais não sejam rotulados como a geração da reprodução do conhecimento, fazendo uso do já dito e já feito, que ao cursar a faculdade reproduziu o saber existente, copiou o professor, sem acrescentar nada de novo.

Definitivamente, é a competência pedagógica, técnica, científica voltada para a construção do novo que se constituirá no diferencial de qualidade do professor daqui para frente, em sintonia com seu aluno, preparando-o para esta sociedade que está em constante e acelerado processo de mudança. O professor comprometido com seu papel docente tem a preocupação com a formação daqueles que desejam ser profissionais competentes e cidadãos atuantes, (VASCONCELOS, 1996).

Trabalhar com a educação do educador em exercício, com um enfoque voltado para o compromisso desse profissional com o ato de educar cidadãos competentes, capacitados a atuar numa sociedade historicamente determinada e prontos para nela intervirem, é tarefa difícil e bastante delicada, (VASCONCELOS, 1996, p.49).

Tendo a educação a importância na valorização do meio social, cultural intelectual, devem os atuais e futuros docentes universitários ter a compreensão que, sozinha, a educação não pode resolver problemas locais, tampouco mundiais, mas pode ser um agente que colabora para a transformação e evolução da sociedade. Desta forma o docente deve inovar sempre seus métodos de ensino, de pesquisa, conforme o que diz a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, sobre as Missões e Função da Educação Superior, no artigo 1º.

Formar profissionais altamente qualificados – cidadãos responsáveis, capazes de atender as necessidades em todos os aspectos da atividade humana, oferecendo-lhes qualidade que estejam á altura dos tempos modernos, compreendendo a qualificação profissional, onde sejam combinados conhecimentos teóricos e práticos de alto nível, mediante cursos e programas que sejam constantemente adaptados às necessidades presentes e futuras da sociedade; (UNESCO, 1998, p. 85).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUÍ, M. Universidade em Ruínas, IN: **A Universidade em Ruínas na República dos Professores**. Hégio Trindade (Org.). Petrópolis-RJ, Vozes, 1999.

CIRIGLIANO, G. F. J. **Fenomenologia da Educação**. 3 ed. Petrópolis-RJ, Vozes, 1974.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n° 1/92 a 57/2008, pelo decreto n° 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n° 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.

CORAGGIO, J. I. Propostas do Banco Mundial para a Educação: sentido oculto ou problema de concepção? IN: **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. Lívia De Tommasi, Mirian Jorge Warde, Sérgio Haddad (organizadores), 2 ed. São Paulo, Cortez, 75 - 123p.

CURY, A. J. **Pais Brilhantes Professores Fascinantes**. 18 ed. Rio de Janeiro, Sextante, 2003.

DURKHEIM, É. **Educação e Sociologia**: com um estudo da obra de Durkheim pelo prof^o. Paul Fauconnet; tradução do prof^o. Lourenço Filho. 11 ed. São Paulo, Melhoramentos, Fundação nacional de material escolar, 1978.

ESTEVÃO, C. A. V.; **Globalização, Metáforas Organizacionais e Mudanças Educacionais**: Dilemas e Desafios. 1 ed. Cadernos do CRIAP 32: ASA 2002.

FIORELLI, J. O. **Psicologia para Administradores**: Integrando teoria e prática. 2 ed. São Paulo, Atlas, 2001.

GENTILI, P. **Pedagogia da Exclusão**: Crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis-RJ, Vozes, 1995.

MARIA, J. P.; **Novos Paradigmas Pedagógicos**: para uma Filosofia da Educação. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1996.

ROSSI, W. G. **Capitalismo e Educação**: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. 3 ed. São Paulo, Moraes, 1986.

SEDREZ, S. **A Competência do Professor através dos Tempos**: da idade moderna a contemporânea. Blumenau-SC, Letra Viva, 1996.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 2 ed. Petrópolis-RJ, Vozes, 2002.

TOMMASI, L. D. et all (Orgs.) **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 1998.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. IN: **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. Lívia De Tommasi, Mirian Jorge Warde, Sérgio Haddad (organizadores), 2 ed. São Paulo, Cortez, 1998.

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Conferência Mundial sobre a Educação Superior**: A Educação Superior no Século XXI: visão e Ação, Paris, 1998.

VASCONCELOS, M. L. M. C. **A Formação do Professor de 3º Grau**. Revisão Janet Yunes Elias. São Paulo, Pioneira, 1996.